

**INSTITUIÇÕES E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**  
**Pluralismo explanatório aplicado às perspectivas de Acemoglu, Duflo, Sen e coautores**

**Bruno Martins<sup>1</sup>**  
**Roberta Muramatsu<sup>2</sup>**

**RESUMO**

O objetivo deste artigo é usar o arcabouço de pluralismo explanatório de Marchionni (2008) para defender a tese de existência de complementaridade forte entre três perspectivas sobre o desenvolvimento econômico. Para efetuar tal tarefa, serão discutidas obras que são referências sobre o tema e carregam implicações importantes de políticas públicas, a saber: *Por que as nações fracassam*, de Acemoglu e Robinson (2012); *Poor economics*, de Banerjee e Duflo (2012), e *Desenvolvimento como liberdade*, de Sen (2010). Mais precisamente, o ensaio argumenta que as três abordagens se complementam mutuamente e, se integradas, podem oferecer explicações mais amplas e profundas do complexo fenômeno do desenvolvimento.

Palavras-chave: pluralismo explanatório, desenvolvimento econômico, instituições, complementaridade

Área ANPEC: História do Pensamento Econômico e Metodologia  
Classificação JEL: B40; B41; D11

**ABSTRACT**

The main aim of this paper is to draw from Marchionni's (2008) explanatory pluralism framework to advance the thesis that three popular approaches to economic development are strongly complementary. To undertake the foregoing task, it discusses some important books - Acemoglu and Robinson's (2012) *Why Nations Fail*; Banerjee and Duflo's (2014) *Poor Economics*, and Sen's *Development as Freedom* – often regarded as three of the most relevant theoretical references to the contemporary study of economic development that carry important policy implications. More precisely, the essay claims that the foregoing approaches mutually complement each other; and, if integrated, they might bring broader and deeper explanations of the complex phenomenon named economic development.

Keywords: explanatory pluralism, economic development, institutions, complementarity

ANPEC Area: History of Economic Thought and Economic Methodology  
JEL Classification: B40; B41; D11

---

<sup>1</sup> Economista graduado pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Email: brunosmartins1@gmail.com

<sup>2</sup> Professora Doutora do Mestrado Profissional em Economia e Mercados da Universidade Presbiteriana Mackenzie e pesquisadora do Centro Mackenzie de Liberdade Econômica. Email: roberta.muramatsu@mackenzie.br

## INTRODUÇÃO

Explicar o desenvolvimento econômico não é tarefa trivial. Assim como a coordenação de mercado e a mudança econômica, o desenvolvimento econômico parece ser mesmo um bom exemplo do que Hayek (1967) denominou de fenômenos complexos, que não podem ser explicados plenamente por meio de um número fixo de variáveis e relações estatísticas agregadas.

O principal objetivo deste artigo é usar o arcabouço de pluralismo explanatório de Marchionni (2008) para defender a tese de existência de complementaridade entre perspectivas autônomas e legítimas sobre o desenvolvimento econômico, a partir da discussão de três obras que são referências sobre o tema e compreendem os pilares do pensamento de seus autores, a saber: *Por que as nações fracassam*, de Acemoglu e Robinson (2012); *Poor economics*, de Banerjee e Duflo (2012); e *Desenvolvimento como liberdade*, de Sen (2010).

De forma específica, importa discutir e relacionar as ideias-chave de cada um dos autores, bem como os diferentes níveis de organização, ou seja, suas macro e microexplicações do desenvolvimento econômico. O ensaio argumenta que as três abordagens são complementares e, quando integradas, prometem oferecer explicações mais amplas e profundas do que as suas descrições individualizadas.

Em outras palavras, este artigo é uma tentativa de estabelecer um diálogo entre a explicação mais geral de Acemoglu e Robinson (AR) sobre o papel das instituições no desenvolvimento econômico e a “microexplicação” de Banerjee e Duflo (BD) sobre o mesmo fenômeno. Adicionalmente, argumenta que as explicações em diferentes níveis de análise são relevantes e ajudam a complementar a perspectiva de desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen (AS). O esforço de pesquisa se justifica pela evidente importância do tema e reconhecimento da ineficácia de vários programas de desenvolvimento e iniciativas recentes de desenhar políticas baseadas em evidências sobre o comportamento efetivo dos agentes (BANCO MUNDIAL 2015; MURAMATSU & AVILA 2017).

Após esta introdução, o texto segue dividido em três seções. Cada uma das perspectivas é apresentada na primeira seção, que também evidencia a possibilidade de diálogo entre os autores. A segunda seção utiliza o arcabouço de pluralismo explanatório de Marchionni (2008) para examinar a potencial complementaridade entre as abordagens, a partir de seus distintos níveis de análise. A seção três analisa as implicações da proposta pluralista aplicada ao desenvolvimento, endereça questões para pesquisa futura e aponta as conclusões.

## 1. INSTITUIÇÕES E DESENVOLVIMENTO SOB DIFERENTES PERSPECTIVAS

### 1.1. Acemoglu e Robinson: instituições políticas e econômicas inclusivas explicam o desenvolvimento

A pesquisa tradicional sobre crescimento econômico, representada por diferentes gerações e trabalhos seminais da segunda metade do século passado – incluindo Solow (1956), Romer (1986) e Aghion e Howitt (1992) –, parece ser insuficiente para fornecer uma explicação decisiva para o problema, na visão de Acemoglu, Johnson e Robinson (2005). Influenciados pelo vencedor do Prêmio Nobel de economia em 1993, Douglass North, os autores destacam o papel das instituições como causa fundamental do diferencial de renda entre os países e rejeitam explicações que conferem maior peso à geografia ou à cultura.

O artigo citado é apenas um exemplo do trabalho de pesquisa conduzido por AR, coautores de longa data, sobre o tema (ACEMOGLU, JOHNSON E ROBINSON 2001, 2002; ACEMOGLU & ROBINSON 2000, 2008, por exemplo). Ambos surgem como dois dos principais expoentes de uma nova geração de economistas interessados em compreender o papel das instituições como determinantes do crescimento e desenvolvimento econômico de longo prazo.

Grande parte da contribuição dessa corrente é sintetizada por Acemoglu e Robinson (2012) em *Por que as nações fracassam*. Nesse sentido, a mensagem central do livro não surpreende: instituições importam. Os autores definem o que é uma instituição recorrendo a North (2018, p. 13), para quem “as instituições são as regras do jogo em uma sociedade ou, em definição mais formal, as restrições concebidas

pelos indivíduos que moldam a interação humana”. Ainda segundo o nobelista, possuem duas formas básicas: são formais – no caso, as leis, contratos e normas escritas – e informais – incluindo costumes e convenções sociais que não figuram em qualquer dispositivo legal e mesmo assim limitam o conjunto de escolhas das pessoas.

AR apresentam estudos de caso que revelam evidências sobre a importância das instituições no desenvolvimento. Um dos exemplos mais representativos foi observado na Península da Coreia. Até o final da Segunda Guerra Mundial, o território representava um país unificado, sem diferenças relevantes em termos de cultura, religião, geografia, clima ou etnias. Após o conflito, a região foi separada em dois estados antagônicos em muitos aspectos – o que contribuiu para formatar um experimento econômico natural. Ao sul, os coreanos integram uma economia de mercado, enquanto ao norte o governo restringe as liberdades econômica, política e de qualquer outra natureza.

Outro exemplo vem das duas cidades de Nogales, municípios homônimos separados pela fronteira entre Estados Unidos e México. Sem relevantes diferenças geográficas ou culturais, faziam parte do mesmo estado mexicano até 1853. Desde então, a região ao norte foi se tornando mais rica sob as instituições norte-americanas, mas ao sul a população tem de enfrentar diariamente os efeitos da corrupção, violência e má gestão pública.

Se há casos de sucesso ou fracasso econômico ao longo da história, os autores argumentam que é possível distinguir as instituições econômicas em, basicamente, dois tipos: um que representa o conjunto de regras que conduz à prosperidade e outro que resulta em subdesenvolvimento. As instituições econômicas do primeiro grupo, classificadas por AR como “inclusivas”, garantem a propriedade privada, a concorrência empresarial e a igualdade perante a lei e em termos de oportunidades econômicas. Na essência, são instituições “(...) que possibilitam e estimulam a participação da grande massa da população em atividades econômicas que façam o melhor uso possível de seus talentos e habilidades e permitam aos indivíduos fazer as escolhas que bem entenderem” (ACEMOGLU E ROBINSON, 2012, p. 58). Tal como caracterizadas pelos autores, essas instituições necessitam do Estado para funcionarem adequadamente, tendo em vista a importância de uma autoridade central capaz de combater riscos de roubos e fraudes e apta a oferecer serviços públicos relacionados à infraestrutura e educação, por exemplo.

Em oposição às instituições “inclusivas”, o subdesenvolvimento é motivado por instituições “extrativistas”, ainda de acordo com AR. Esse tipo de regra do jogo caracteriza economias nas quais a insegurança reina. Não há imparcialidade jurídica e direitos de propriedade para a maior parte da sociedade, tampouco um Estado comprometido com a imposição da ordem e a prestação de serviços públicos. Servem como meio de transferência de renda e riqueza de uma parcela da sociedade, quando não da maioria, em favor de elites políticas e econômicas.

Mas o que determina o surgimento de instituições econômicas de um tipo ou de outro? AR explicam que a sociedade define as regras do jogo econômico por meio do processo político. Este, por sua vez, também é conduzido por um conjunto de instituições próprio, que serve de fonte de incentivos para políticos e outros agentes envolvidos. “As instituições políticas incluem Constituições escritas – mas não se limitam a elas – e o fato de a sociedade ser uma democracia. Compreendem o poder e a capacidade do Estado de regular e governar a sociedade” (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 32).

Da mesma forma, as instituições políticas podem ser inclusivas e preservar a pluralidade e a distribuição de poder político na sociedade. Ou podem ser extrativistas e representarem fonte de privilégios e instrumento para manutenção no poder. Como antecedem as instituições econômicas, exercem papel fundamental no processo de (sub)desenvolvimento.

Há uma forte sinergia entre as instituições econômicas e políticas. As instituições políticas extrativistas concentram poder nas mãos de uma pequena elite e impõem poucas restrições ao exercício de seu poder. As instituições econômicas são então, em geral, estruturadas por essa elite, de modo a extorquir recursos do restante da sociedade (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 63).

Na raiz desse conflito social está o fato de que o processo de crescimento econômico produz ganhadores e perdedores, segundo AR. Aqui, os autores citam o economista Joseph Schumpeter para argumentar que o progresso tecnológico é sucedido pelo fenômeno conhecido como “destruição criativa”,

isto é, novos negócios, inovadores e mais produtivos, concentram recursos e tornam obsoletos setores já estabelecidos. “O crescimento econômico avança se não for bloqueado pelos derrotados na esfera econômica, prevendo o fim de seus privilégios nessa área e na esfera política, temendo a erosão de seu poder nesse campo” (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 67). As instituições extrativistas beneficiam esses grupos, em detrimento do crescimento econômico.

Não por acaso, AR destacam a necessidade de ampla distribuição de poder na sociedade. Eles ressaltam, mais uma vez, que o caminho para instituições econômicas promotoras do desenvolvimento não prescinde do Estado. Sociedades onde o poder é pulverizado, mas não há centralização da autoridade, estarão fadadas à desordem. Na Somália, outro estudo de caso escolhido pelos autores, a disputa de diferentes grupos pelo poder se sobrepõe ao papel estatal de *enforcement* da lei e provisão de infraestrutura e serviços públicos.

O país africano é um dos vários exemplos de nações que ficaram presas na armadilha do subdesenvolvimento. Outras sociedades, no entanto, conseguiram escapar da influência de uma elite receosa em perder seus privilégios ou mesmo do caos gerado pela ausência de um Estado forte o suficiente para sustentar instituições “inclusivas”. De acordo com AR, essas trajetórias distintas foram motivadas pela relação entre pequenas diferenças institucionais prévias e circunstâncias históricas críticas que representaram uma ruptura com o poder político e econômico estabelecido. Essas circunstâncias críticas têm papel fundamental diante do círculo vicioso engendrado pela relação entre instituições políticas e econômicas e extrativistas. “Os favorecidos pelo *status quo* são ricos e organizados, o que os torna capazes de fazer frente de fato a mudanças significativas, que poderiam privá-los de seus privilégios econômicos e poder político” (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 84).

Em linhas gerais, o diferencial de desempenho econômico entre os países hoje tem suas raízes no fato de que o progresso desencadeado pela Revolução Industrial ficou restrito a poucos. A prosperidade foi bloqueada por instituições extrativistas criadas ou por governos absolutistas, ou por um Estado descentralizado, ou ainda como efeito da colonização europeia em diferentes regiões. Países da África, Ásia e América do Sul, mesmo após a independência, herdaram um ambiente institucional extrativista colonial que persiste até hoje porque beneficia os grupos que tomaram o lugar dos europeus. “Em todos esses casos, a base dessas instituições é uma elite que estrutura as instituições econômicas de modo a locupletar-se e perpetuar o próprio poder, em detrimento da vasta maioria da população” (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 309).

A trajetória histórica tem importância central na abordagem de AR. Mas há quem discorde e trate o desenvolvimento e a transformação institucional de modo distinto, como será abordado na próxima seção. Todavia, argumentaremos que as perspectivas são mais complementares do que rivais. Parte das aparentes disputas explanatórias também podem revelar pouca familiaridade dos economistas com a literatura contemporânea de epistemologia e metodologia da economia. Essa situação é possivelmente uma consequência não pretendida (*unintended consequence*) da grande divisão cognitiva do trabalho que marca os rumos atuais da ciência econômica.

## 1.2. Banerjee e Duflo (BD): soluções particulares para problemas concretos do desenvolvimento

Enquanto AR sugerem uma explicação ampla e geral para os desempenhos econômicos distintos das nações, Banerjee e Duflo (2012) propõem uma abordagem distinta: a busca por descrições, diagnósticos e soluções específicas para específicos padrões de comportamentos e interações que bloqueiam o desenvolvimento e fazem a condição de pobreza persistente. Segundo eles,

Em vez de discutir a melhor forma de combater a diarreia ou a dengue, muitos dos especialistas mais vocais tendem a se fixar nas ‘grandes questões’: Qual é a causa final da pobreza? Quanta fé devemos depositar nos mercados livres? A democracia é boa para os pobres? A ajuda externa tem um papel a cumprir? E assim por diante (BANERJEE; DUFLO, 2012, p. 3, tradução nossa).

Em *Poor Economics*, os nobelistas apontam os holofotes para questões restritas e problemas concretos. A obra reúne dados, evidências e casos reunidos a partir de esforço de pesquisa próprio e de

terceiros. Os autores consideram que fazem parte de uma geração de economistas privilegiados, pois contam com o avanço da técnica e têm acesso a uma maior disponibilidade de (micro)dados de países em desenvolvimento.

A mensagem de BD é clara: os detalhes importam para as boas explicações. Por isso, é importante entender como as pessoas mais pobres tomam suas decisões e quando determinado tipo de política é desejável (ou não). Essa tarefa justifica a importância do desenho de experimentos randomizados – RCTs (*randomized controlled trials*, na sigla em inglês) – na tentativa de testar a teoria, identificar problemas, avaliar os resultados de programas de desenvolvimento específicos e compreender o comportamento da parcela mais vulnerável da população.

A obra revela o ceticismo dos autores em relação à suficiência das explicações amplas baseadas em informações gerais do ambiente institucional de nações, sempre heterogêneas. “A verdade é que somos amplamente incapazes de prever onde o crescimento acontecerá e não entendemos muito bem por que as coisas acontecem repentinamente” (BANERJEE; DUFLO, 2012, p. 267, tradução nossa).

De acordo com BD, a persistência da pobreza tem menos a ver com algum tipo de conduta geral das elites e mais relação com inércia, ideologia ou ignorância (os três Is, como os próprios pesquisadores destacam); ou pode ser atribuída a falhas no desenho de iniciativas do poder público. “A boa notícia, se essa for a expressão correta, é a possibilidade de melhorar a governança e as políticas sem alterar drasticamente as estruturas social e política existentes” (BANERJEE; DUFLO, 2012, p. 271, tradução e ênfase nossa).

Há espaço para avanços não apenas em ambientes institucionais adequados, mas também nos “ruins”, segundo BD. Dessa forma, a observância aos detalhes, fundamental na formulação de políticas, também importa para o desenho e implementação dos programas de desenvolvimento e combate à pobreza. A análise dos autores não se compromete com os postulados da economia política, por conta da ideia de que a política precede a economia e, portanto, as instituições políticas sempre limitam o que é possível fazer em termos de política pública.

Para BD, cientistas políticos e economistas como Acemoglu, quando se referem a instituições como direitos de propriedade ou a própria democracia, tratam, na verdade, de “INSTITUIÇÕES”, em letra maiúscula. Ou seja, são as regras do jogo de um ponto de vista geral. Os autores propõem uma divisão entre dois tipos básicos de instituições em uma sociedade: essas macroinstituições dependem de “instituições” locais – agora em letra minúscula –, relacionadas a códigos e normas específicas. Por exemplo: o adequado funcionamento da democracia depende das leis que definem quem pode concorrer e quem pode votar.

Essa posição é acompanhada de um autodeclarado otimismo em relação à mudança institucional. Mesmo em um ambiente com macroinstituições “ruins” ou extrativistas, há espaço para avanços “na margem”, que permitam melhores instituições locais, descentralização de poder e inclusão social. “O fato é que há pessoas poderosas que perdem com as reformas e conseguem limitar o quão longe você pode ir, mas muito ainda é possível” (BANERJEE; DUFLO, 2012, p. 254, tradução nossa). Nesse sentido, os detalhes, mais uma vez, importam. E podem levar a transformações incrementais, com potencial de desencadear um círculo virtuoso de desenvolvimento.

O que BD propõem, ao ressaltar a importância dos detalhes e da mudança institucional gradual, é um olhar que parta “de baixo para cima”, com atenção para com as microinstituições que podem ser fonte de avanço econômico e social – mesmo reconhecendo que nem todos os obstáculos serão superados dessa forma. A partir desta perspectiva, a lógica da economia política é invertida: programas ou políticas de desenvolvimento focalizadas e efetivas podem contribuir em direção de avanços nas instituições políticas.

No México, eleitores que receberam por mais tempo dinheiro de um programa de transferência condicional de renda premiaram nas urnas o partido que implementou a medida. Segundo BD, essa evidência não é sinal de que o público-alvo da medida foi “comprado”, uma vez que eles já tinham recebido os recursos e conheciam as regras do programa. Na verdade, representa um indicativo de que os beneficiários responderam à uma melhora efetiva em suas vidas, em decorrência de uma política pública bem-sucedida. A resposta das urnas também resulta em incentivos para os políticos.

A abordagem centrada nos detalhes confere grande atenção e protagonismo aos indivíduos em situação de pobreza. Segundo os nobelistas, os mais pobres não são menos racionais. Na verdade, são muito

atentos em suas decisões, pois enfrentam significativa restrição orçamentária. Viver nessas condições exige muito esforço e envolve grande risco. Com efeito, não é fácil sair dessa situação.

Muito oportuno, o potencial diálogo com outro vencedor do Prêmio Nobel expande a compreensão sobre onexo causal que liga instituições, combate à pobreza e promoção do desenvolvimento humano.

### 1.3. Amartya Sen (AS): liberdades substantivas como motores do desenvolvimento

Como enfatiza Sen (2010), o desenvolvimento não é se reduz ao crescimento da renda agregada ou o avanço de um processo de industrialização. O foco deve ser a expansão das liberdades humanas. Quando as pessoas dispõem de liberdades econômicas e políticas, além de segurança e oportunidades sociais, conseguem fazer escolhas, tomar decisões e, dessa forma, traçar seus destinos.

Em linhas gerais, o vencedor do Prêmio Nobel de Economia de 1998 afirma que as liberdades das pessoas são os meios e o fins do processo de desenvolvimento. Mais do que representar o aumento do produto, a sofisticação da indústria ou o progresso tecnológico, o desenvolvimento de fato ocorre quando as pessoas têm condições de realizar seus potenciais e são livres para viver a vida que desejam. Com esse mote e título autoexplicativo, *Desenvolvimento como liberdade* advoga em favor da expansão de diversas liberdades individuais, importantes não apenas por serem um instrumento, mas o objetivo de um processo de desenvolvimento.

Como o parágrafo acima antecipa, a abordagem seniana do desenvolvimento prevê dois papéis fundamentais para a liberdade: constitutivo e instrumental. A privação de liberdades de ambos os tipos está diretamente relacionada com a pobreza, a falta de oportunidades e a exclusão social.

O papel constitutivo trata das liberdades substantivas, essenciais para que as pessoas possam ser o que quiserem e buscar o que valorizam. As liberdades civis (livre expressão, participação na política partidária e vida pública...) são alguns exemplos. A lista inclui, ainda, mas não somente, as liberdades relacionadas à manutenção da saúde e bem-estar (alimentação, vacinação, tratamento de doenças...) e ao capital humano (alfabetização, treinamento de habilidades específicas...).

As liberdades substantivas dependem do papel instrumental da liberdade, isto é, de direitos, oportunidades e *entitlements*<sup>3</sup> que servem como meios para realização do desenvolvimento. Diversos exemplos cabem nesta definição, seja o direito ao voto, crítica e oposição política, ou mesmo a oportunidade de livre intercâmbio econômico, em termos de consumo, produção e acesso a crédito e financiamento. Diante de tantos instrumentos importantes, Sen convenientemente divide as liberdades instrumentais em cinco grandes grupos: 1) liberdades políticas; 2) facilidades econômicas; 3) oportunidades sociais; 4) garantias de transparência; 5) segurança protetora.

A influência desses instrumentos sobre o desenvolvimento também se deve ao fato de estarem interligados e serem complementares uns aos outros. “(...) a criação de oportunidades sociais por meio de serviços como educação pública, serviços de saúde e desenvolvimento de uma imprensa livre e ativa pode contribuir para o desenvolvimento econômico e para uma redução significativa das taxas de mortalidade” (SEN, 2010, p. 61).

Mas o foco nas liberdades não significa menosprezar o crescimento da renda agregada ou *per capita*. Muitas vezes, uma pessoa é privada da liberdade de matar a fome, de morar em uma residência com tratamento de esgoto e obter atendimento médico de qualidade como consequência de sua condição econômica. Por outro lado, a liberdade de frequentar um sistema de ensino adequado pode resultar em maior qualificação profissional e consequente retorno financeiro.

Ainda que seja importante por permitir liberdades substantivas, o aumento da riqueza não é o único indicador de progresso. Outros fatores condicionantes também devem ser levados em conta para uma concepção mais inclusiva do desenvolvimento, como a falta de liberdades políticas e civis. Governos autoritários representam empecilhos à livre iniciativa e à tomada de decisão em diferentes esferas, por exemplo. “De fato, o funcionamento da democracia e dos direitos políticos pode até ajudar a impedir a

<sup>3</sup>O termo *entitlement*, cuja tradução em português seria “intitlamento”, segundo a tradutora de *Desenvolvimento como liberdade*, se refere à dotação inicial de um indivíduo e os conjuntos de bens alternativos que podem ser adquiridos no mercado, que seriam os “intitlamentos” de troca (SEN, 2010).

ocorrência de fomes coletivas e outros desastres econômicos” (SEN, 2010, p. 30). Onde os eleitores não têm direito à voto, os políticos também não têm incentivos para preservar os interesses da população.

A visão normativa de AS sobre o desenvolvimento concede à liberdade grande importância como determinante para a iniciativa individual. Para o nobelista, quem possui mais liberdade, nos termos definidos por ele, reúne mais condições de realizar o próprio potencial e influenciar o seu redor. “Com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros” (SEN, 2010, p. 26).

Nesse sentido, a abordagem seniana se preocupa fundamentalmente com a condição de agente livre das pessoas – ou seja, “(...) alguém que age e ocasiona mudança e cujas realizações podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores e objetivos, independentemente de as avaliarmos ou não também segundo algum critério externo” (SEN, 2010, p. 34). Mas a expansão da liberdade individual é possível somente quando as pessoas possuem capacidades básicas para ter a vida que valorizam, ou, em outras palavras, quando há liberdades substantivas.

Por isso, mesmo reconhecendo o papel da renda como um determinante da pobreza, AS defende uma perspectiva mais ampla baseada na privação de capacidades, a partir de três argumentos: 1) a abordagem do desenvolvimento como liberdade trata de liberdades substantivas intrinsecamente importantes, enquanto a renda tem papel somente instrumental; 2) outros condicionantes, além da renda, podem resultar em privação de capacidades; 3) o impacto da renda sobre as capacidades de uma pessoa pode variar entre indivíduos, famílias e comunidades, a depender do contexto em que estão inseridos.

Ainda que AS faça questão de separar os conceitos, ele próprio ressalta que a pobreza como privação de capacidades e a pobreza monetária são relacionadas. Como já destacado, a renda é um condicionante muito importante para a expansão das liberdades substantivas. Mas a causalidade também pode ser inversa. “Quanto mais inclusivo for o alcance da educação básica e dos serviços de saúde, maior será a probabilidade de que mesmo os potencialmente pobres tenham uma chance maior de superar a penúria” (SEN, 2010, p. 124). Dotados de capacidades básicas, os indivíduos elevam seus potenciais e perspectivas de renda.

Apesar da defensável tese de autonomia (e ênfases distintas) das explicações de AR, BD e AS acerca do desenvolvimento econômico (e como o fenômeno depende de instituições), este artigo oferece uma abordagem pluralista para defender que os ganhos líquidos do diálogo entre as diferentes explicações sobre o desenvolvimento econômico são positivos.

## **2. Pluralismo explanatório, uma chance de diálogo entre abordagens de desenvolvimento**

Desde meados da década de 1980, a literatura sobre pluralismo econômico tem crescido significativamente (CALDWELL 1982; BIANCHI 1992, SALANTI & SCREPANTI 1997; GARNETT, OLSEN & STARR 2009; GRÄBNER & STRUNK 2020). Parte de tal movimento revela insatisfação de pesquisadores e estudantes com alguns rumos da economia contemporânea. Vale salientar que há vários tipos de pluralismo na economia e argumentos que os sustentam.

A inspiração do presente artigo é a visão de Mäki (1997:42) de que uma postura pluralista é uma estratégia segura para enfrentar a incerteza epistêmica radical que caracteriza a ciência econômica. Com o propósito de refletir sobre a complementaridade de três perspectivas de desenvolvimento econômico que reconhecem a importância das instituições, esta seção concentra a atenção sobre o pluralismo explanatório.

### **2.1 Alguns fundamentos filosóficos**

Marchionni (2008) oferece uma abordagem de pluralismo explanatório interessante. Ela destaca a importância de macroexplicações e microexplicações de um mesmo fenômeno, que podem ser fracamente ou fortemente complementares. Entretanto, como se distingue as macro das microexplicações? As primeiras são descrições mais amplas e gerais da realidade baseadas em detalhes sobre estruturas sociais ou variáveis mais agregadas. As microexplicações, por seu turno, descrevem especificidades dos fenômenos investigados com base apenas nas informações indivíduos e interações. De acordo com a autora, há também explicações mistas que mesclam elementos explanatórios e/ou processo causais mais amplos com detalhes sobre indivíduos (ibid, p.316)

As vantagens das macroexplicações é que elas descrevem padrões ou regularidades que geram o fenômeno a ser explicado (*explanandum*). Por isso, são tidas como mais gerais, amplas e estáveis. As microexplicações tendem a ser mais detalhadas e desvendam mecanismos causalmente relevantes para a ocorrência e/ou persistência de um *explanandum* (no nosso caso é o desenvolvimento econômico).

Os defensores do pluralismo explanatório comumente enfatizam que as explicações podem ser fracamente ou fortemente complementares (MÄKI, 1997; MARCHIONNI, 2008). Uma maneira de examinar a versão de complementaridade fraca é analisar se duas ou mais abordagens, teorias ou explicações possuem virtudes explanatórias distintas e independentes. Neste caso, uma resposta à identificação de teorias e explicações fracamente complementares poderia ser a seguinte: utilize a perspectiva que se mostre mais ajustada para responder a sua pergunta de pesquisa, reconhecendo o princípio da divisão do trabalho (Mäki 1997:44). A complementaridade forte manifesta-se quando duas ou mais teorias ou perspectivas complementam-se e prometem uma melhor explicação quando são integradas. Tal proposição pressupõe a utilização de algum critério objetivo para se considerar o que é uma boa explicação científica. Nas palavras de Julian Reiss (2013:25),

Uma boa explicação na economia demandará, portanto, o processo ou mecanismo causal que é responsável pela geração do fenômeno estudado (...) uma mera regularidade, que conecta um fator inicial ou de entrada (*input*) a um outro chamado de final ou saída (*output*), não explica realmente por que existe a ligação entre os fatores, independentemente da estabilidade e generalidade da regularidade detectada. Investigar um mecanismo significa abrir a caixa preta entre o *input* e *output* e iluminar porque as regularidades mantêm-se e os resultados ocorrem (REISS, 2013: p. 25, tradução livre).

Marchionni (2008) faz uma interpretação de boa explicação alinhada com a de Reiss. Porém, ela utiliza as ideias do filósofo Kincaid (2004) para estabelecer o seguinte critério: uma explicação é melhor do que uma outra quando ela é mais completa e, por isso, pode responder mais questões relevantes do que as abordagens alternativas.

São as referências filosóficas descritas brevemente acima que motivam o presente trabalho a embarcar em uma tarefa ousada: investigar se algumas abordagens econômicas, comumente apresentadas como fracamente complementares ou substitutas (como as de AR e BD), mantêm relações de complementaridade forte. Para tanto, o artigo endossa a conjectura de que a macroexplicação e a microexplicação descrevem partes ou elementos diferentes do nexos causal subjacente ao fenômeno estudado. Se este for o caso, a explicação integrada, ao considerar as abordagens nos diferentes níveis de análise, será mais completa, profunda e capaz de responder novas questões.

A próxima subseção embarca em tal exercício de investigação do potencial de complementaridade forte de três explicações do desenvolvimento econômico que reconhecem a relevância causal das instituições, apresentadas na seção anterior.

## 2.2 O diálogo entre as abordagens e possíveis evidências de complementaridade forte

Acemoglu e Robinson reconhecem que “o talento individual é importante em todos os níveis da sociedade” (2012, p. 32), mas reforçam o papel de uma matriz institucional inclusiva para que ambições e habilidades conduzam ao desenvolvimento. Como exemplo, destacam a trajetória de empresários como Bill Gates e Jeff Bezos. Ambos foram forjados por um bom sistema educacional, assim como não encontraram grandes obstáculos para empreender e têm mão de obra qualificada à disposição.

Esses empreendedores tinham a convicção, desde o começo, de que os projetos dos seus sonhos tinham condições de serem implementados: confiavam nas instituições e no estado de direito por elas engendrado, e nada tinham a temer em relação à segurança de seus direitos de propriedade. Por fim, as instituições políticas lhes asseguravam estabilidade e continuidade (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 33).

A abordagem de Sen (2010) ressalta as inter-relações entre instituições e liberdades reais das pessoas, ainda que o autor nem sempre faça isso de modo explícito. Por um lado, as capacitações básicas que determinam o potencial individual dependem de instituições garantidoras de direitos e oportunidades sociais. Por outro, essas instituições são moldadas pelo exercício de liberdades substantivas, como a participação política e o intercâmbio econômico. De qualquer forma, as liberdades, sejam intrínsecas ou instrumentais, têm nas instituições do mercado e de outras esferas um condicionante fundamental para existirem. Logo, não nos parece exagero dizer que existe espaço para complementaridade forte. O processo de expansão de capacitações, do qual depende o desenvolvimento como liberdade, é influenciado pelos traços mais ou menos extrativistas das instituições políticas e econômicas.

Banerjee e Duflo (2012) também valorizam a expansão das capacidades das pessoas. A despeito da atenção que dão às microexplicações de desenvolvimento e da pobreza, os autores não ignoram que o crescimento econômico depende da formação de capital em termos físicos, humanos e social; tudo isso depende dos elementos da matriz institucional dos países. O foco da explicação de BD reside na análise de programas adequados para uma educação de qualidade, garantia de alimentação, saúde, segurança e oportunidades no mercado de trabalho. Mas não só isso: o combate à pobreza serve contra a possibilidade de crises sociais com potencial para minar as chances de prosperidade futura.

A atenção de BD para com as capacidades e potenciais individuais, como instrumento para o desenvolvimento, também se estende ao papel constitutivo da liberdade – se levarmos em conta a terminologia seniana. Eles ressaltam que, “na medida em que sabemos como remediar a pobreza, não há razão para tolerar o desperdício de vidas e talentos que a pobreza traz consigo” (BANERJEE; DUFLO, 2012, p. 267, tradução nossa).

Banerjee e Duflo (2012) destacam o impacto do risco no contexto de pobreza. Um infortúnio qualquer pode resultar em consequências desastrosas na vida de donos de pequenos negócios ou trabalhadores informais. Isso indica o foco na microexplicação da pobreza.

Com o propósito de jogar luz adicional sobre a aplicabilidade de uma abordagem de pluralismo explanatório na literatura econômica de desenvolvimento, o presente texto brevemente complementa a análise de BD sobre a história de vida de Ibu Tina, uma indonésia que vivia em uma pequena casa acompanhada de sua mãe, quatro filhos – sendo que apenas os três mais novos ainda estavam matriculados na escola – e dois irmãos que efetivamente sustentavam a casa, um deles taxista e o outro trabalhador da construção civil.

A vida de Ibu Tina nem sempre foi tão difícil, contam os nobelistas (BD). Enquanto casada, ela e o marido administravam uma pequena, mas bem-sucedida fábrica de roupas, com quatro funcionários. Entretanto, a sorte mudou quando receberam um cheque sem fundo no valor de 20 milhões de rupias, de um parceiro com quem negociavam.

Apenas para abrir investigação, a polícia cobrou 2,5 milhões de rupias. O golpista foi preso eventualmente, mas ficou apenas uma semana atrás das grades, com a promessa de que cobriria o calote. Porém, Ibu Tina e o marido receberam de volta somente 4 milhões de rupias — dos quais mais dois milhões foram exigidos pelos policiais. No fim das contas, o devedor sumiu sem quitar grande parte das perdas e o casal teve de arcar com 4,5 milhões de rupias em propinas para reaver apenas 4 milhões.

O golpe do qual Ibu Tina foi vítima desencadeou uma série de problemas. Nos três anos seguintes, o casal contou com um empréstimo de 15 milhões de rupias para tentar se reerguer, desta vez no comércio de roupas. Um dos primeiros grandes pedidos que receberam, para a produção de shorts, foi cancelado pelos varejistas quando milhares de peças já estavam embaladas e prontas para distribuição.

O período de azar nos negócios resultou no divórcio do casal. Então, restou a Ibu Tina morar com a mãe e seus irmãos. “Quando a conhecemos, ela ainda estava tentando se recuperar do trauma e disse que não tinha forças para começar de novo” (BANERJEE; DUFLO, 2012, p. 134, tradução nossa).

“Ibu Tina foi particularmente azarada? Até certo ponto, certamente”, afirmam Banerjee e Duflo (2012, p. 134, tradução nossa). Mas esse “azar”, no caso específico dela e de um ponto de vista mais geral na vida dos mais pobres, não representa um mero infortúnio ou um golpe do destino; está diretamente relacionado a instituições extrativistas, tipo que caracteriza economias que não conseguiram se desenvolver, segundo a perspectiva de Acemoglu e Robinson (2012).

Como relatado por BD, a vida de Ibu Tina mudou a partir do golpe do cheque sem fundo. A ação da polícia, que no fim das contas não solucionou o caso, só foi possível mediante o pagamento de propina. Essa prática caracteriza uma instituição informal extrativista, agora também incorporando a definição de North (2018) que exerce influência na pesquisa de Acemoglu e Robinson (AR). Nesse caso, obviamente, a conduta dos policiais não está prevista em lei ou em qualquer regimento oficial da corporação. Mesmo assim, configura um tipo de regra que resulta em incentivos adversos, não assegura a propriedade, extrai renda de um grupo para outro e, claramente, gera incerteza.

Além disso, a corrupção policial descrita é um caso de instituição local “ruim”, como proposto por BD. No caso particular citado em *Poor economics*, o casal de microempreendedores foi constrangido a subornar os policiais e, ainda assim, terminaram amargando um prejuízo adicional, tendo em vista que recuperaram menos do que pagaram em propinas. Não à toa, os economistas registraram o desânimo de Ibu Tina diante da possibilidade de um recomeço ou nova investida. Essa situação ressalta uma microinstituição extrativista, parte de um ambiente de negócios ruim, que penalizou não apenas os donos da pequena fábrica, mas também os quatro funcionários. O relato sobre as escolhas e interações que caracterizaram a vida de Ibu Tina parece um bom exemplo de que uma microexplicação pode nos ajudar a entender melhor o mecanismo através do qual a macroexplicação opera (Garfinkel 1981, 58). Como resultado, a integração das abordagens de AR e DB mereceria maior atenção dos pesquisadores e formuladores de políticas públicas para combate à pobreza.

A consequência desse “infortúnio” que marca a trajetória de Ibu Tina indica que a privação de liberdades substantivas e instrumentais é uma importante porção do nexos causal da pobreza desvendada por Sen (2010). Isso amplia e aprofunda a microexplicação de BD. Ibu Tina teve cerceada a capacidade de participar do livre intercâmbio econômico em decorrência da falta de instrumentos para tal, como garantias de transparência e segurança protetora.

Além disso, o impacto foi estendido à toda a família. Ainda de acordo com BD, quando tinha por volta de 15 anos, a filha mais velha de Ibu Tina foi sequestrada por um morador de rua que vivia nas proximidades da casa da avó. A garota foi solta dias depois, mas ficou traumatizada com o ocorrido. Desde então, permanece em casa, sem trabalhar ou estudar.

A privação de liberdades para Ibu Tina também implicou privação de liberdades para seus quatro filhos, como demonstra a situação da filha mais velha. Antes no caminho para terem as bases de uma vida confortável e segura, esses jovens agora enfrentarão, involuntariamente, um futuro desafiador e incerto. Sendo assim, a explicação de BD também parece nos ajudar a obter detalhes para compreender por que (e como) a pobreza como privação e fracasso de expansão de capacitações ocorre no mundo real.

O caso de Ibu Tina ressalta a importância das instituições informais para a expansão de liberdades reais e para o desenvolvimento inclusivo. A macroexplicação de AR, talvez subestimada por BD, ajuda a melhor compreender por que inúmeras intervenções para combater a pobreza e corrupção nem sempre entregam o que prometem (Banco Mundial, 2015).

Mas é possível e necessário ir um pouco além nessa discussão. Ao lançar mão de tantos estudos de casos históricos, Acemoglu e Robinson (2012) reforçam que a mudança institucional é “dependente da trajetória” – mais um conceito emprestado de North (2018).

A mudança institucional não costuma ser descontínua, mas incremental, por conta da dificuldade em se promover mudanças nas regras informais arraigadas na sociedade. Costumes e códigos de conduta persistem mesmo diante de novas leis ou jurisprudências. “Essas restrições culturais não somente ligam o passado ao presente e ao futuro, como também nos proporcionam uma chave para explicar a trajetória da mudança histórica” (NORTH, 2018, p. 19).

Se a “dependência da trajetória” ajuda a entender a persistência de um conjunto de instituições ruins, então muito provavelmente a história importa para a compreensão do desenvolvimento. Isso não necessariamente enfraquece a interpretação de complementaridade forte entre a macroexplicação de AR, a microexplicação de BD e explicação mista de AS do desenvolvimento econômico.

BD reconhecem a importância e persistência de determinadas circunstâncias históricas, mas argumentam que diversos fatores podem motivar o sucesso ou fracasso de sociedades, como as escolhas coletivas que não representam necessariamente tentativa de captura por parte das elites e eventos que representam apenas boa ou má sorte. Para Banerjee e Duflo, “se a história for determinante, nossas

intervenções podem ser inúteis ou mesmo contraproduativas” (2014, p. 961, tradução nossa). Como pluralistas, acreditamos que a proposição dos autores é mais um exagero retórico para justificar o foco em suas microexplicações do desenvolvimento para nortear programas de desenvolvimento voltados para a resolução de problemas específicos das diversas nações.

### 3. IMPLICAÇÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas, pesquisadores notáveis ampliaram os limites da fronteira do conhecimento sobre a prosperidade econômica por meio de perspectivas distintas. Apesar das divergências, há grande espaço para melhores explicações sobre um fenômeno tão importante quanto o do desenvolvimento econômico, que traz implicações relevantes para a política pública. Este artigo argumenta que uma possível estratégia para expandir nossa compreensão dos mecanismos causalmente significativos para a riqueza e pobreza das nações envolve a integração de macroexplicação de AR e microexplicação de BD. Apesar de ênfases de pesquisa distintas, ambas parecem desvendar pedaços de mecanismos causais importantes e distintos; juntas, as perspectivas de AR e BD contribuem para o avanço explanatório da análise econômica do desenvolvimento e pobreza.

Em seu *Understanding the process of economic change*, Douglass North, importante referência intelectual da perspectiva de AR, ressalta a necessidade de pesquisas sobre como fatores cognitivos e culturais evoluem para formarem estruturas de crenças que ajudem indivíduos a continuamente se adaptarem aos diferentes ambientes e resolverem problemas novos e complexos. Segundo ele, precisamos compreender melhor as fontes de tomada de decisão humana para aumentarmos as chances de progresso e preservação humana (NORTH 2005, p.170). Moral da história: as microexplicações são muito importantes até mesmo quando o foco reside sobre o ambiente das instituições políticas e econômicas.

As explicações que acomodam vários níveis de análise têm encontrado resultados interessantes. Um exemplo é o trabalho de campo de Walton e Jackson (2020) que investiga um sistema informal de reciprocidade entre parentes e amigos em Papua Nova Guiné chamado de *wantok*. Os autores identificam que contextos de grande privação material geram incentivos para a criação de redes de assistência mútua para salvar vidas e coordenar as expectativas de cooperação entre os indivíduos. Porém, a evolução do sistema *wantok* nas regiões urbanas e rurais das diferentes províncias da nação tem trazido resultados negativos, associados à generalização do favoritismo, nepotismo, clientelismo e *rent-seeking*. Walton e Jackson lamentam as consequências negativas para a alocação dos recursos, distribuição de renda e desenvolvimento econômico da pequena nação entre o norte da Austrália e leste da Indonésia (ibid.).

Além disso, vários elementos causalmente relevantes tratados por AR e BD estão ligados de modo mais ou menos direto à abordagem explanatória mista de AS. Em suas *Tanner Lectures*, Duflo (2012) oferece algumas direções e resultados de pesquisa empírica que mostram as conexões entre a perspectiva de AS e as suas microexplicações sobre os fenômenos da pobreza e desenvolvimento. A pesquisadora e seu grupo do *Abdul Latif Jameel Poverty Action Lab* no MIT realizaram inúmeros estudos experimentais que desvendaram a relevância de mecanismos cognitivos e emocionais (p.ex. aversão à perda, viés de confirmação, e tendência à procrastinação, viés de status quo) para explicarem padrões de comportamento de consumo, poupança e investimento dos pobres em diversos países do mundo.

Ademais, Duflo (2012) enfatiza que a esperança é um tipo de capacitação (*capability*, do original) no sentido seniano. Para a economista, as pesquisas empíricas são cruciais para um entendimento mais amplo sobre se, como e por que a esperança pode ajudar vários seres humanos a escaparem da armadilha da pobreza e viverem dignamente.

Alkire e Deneulin (2009) também admitem complementaridade entre a perspectiva institucionalista e a abordagem das capacitações de AS. De acordo com elas, as políticas de desenvolvimento eficazes capacitam as pessoas a fazer e ser o que elas desejam para suas vidas. Porém, o sucesso dos programas de desenvolvimento depende das características das instituições, pois elas marcam os incentivos e indicam para os indivíduos se eles podem realmente exercer seus direitos e expandir suas capacitações.

Para encerrar, a mensagem principal do trabalho é que o pluralismo explanatório oferece um convite à humildade intelectual; um reconhecimento e alerta de que o conhecimento humano é local, disperso e

inevitavelmente passível de erros. Os experts do desenvolvimento econômico também fazem julgamentos e escolhas limitadamente racionais; o rigor técnico e acesso a dados para diagnóstico dos problemas são condições insuficientes para que os profissionais do desenvolvimento estejam livres do famoso viés de confirmação - a tendência humana de selecionar (ou dar peso excessivo) a informações que respaldam as crenças prévias (BANCO MUNDIAL, 2015, p.182)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACEMOGLU, D.; JOHNSON, S.; ROBINSON, J. Institutions as a Fundamental Cause of Long-Run Growth. In: **Handbook of Economic Growth** 1A. 1. ed. Amsterdam: North Holland, 2005. p. 386–472.
- ACEMOGLU, D.; JOHNSON, S.; ROBINSON, J. A. Reversal of Fortune: Geography and Institutions in the Making of the Modern World Income Distribution. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 117, n. 4, p. 1231–1294, 2002.
- ACEMOGLU, D.; JOHNSON, S.; ROBINSON, J. A. The Colonial Origins of Comparative Development: An Empirical Investigation. **American Economic Review**, v. 91, n. 5, p. 1369–1401, 2001.
- ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. **Por que as Nações Fracassam: as Origens do Poder, da Prosperidade e da Pobreza**. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2012.
- ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. A. Political Losers as a Barrier to Economic Development. **American Economic Review**, v. 90, n. 2, p. 126–130, 2000.
- ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. A. Persistence of Power, Elites, and Institutions. **American Economic Review**, v. 98, n. 1, p. 267–293, 2008.
- AGHION, P.; HOWITT, P. A Model of Growth through Creative Destruction. **Econometrica**, v. 60, n. 2, p. 323–51, 1992.
- ALKIRE, S.; DENEULIN, S. The Human Development and Capability Approach. In: Deneulin, S. and L. Shahani (eds.) **An Introduction to Human Development and Capability Approach**, Earthscan and International Development Research Centre, 2009.
- BANCO MUNDIAL **Relatório sobre Desenvolvimento Mundial 2015: Mente, Sociedade e Comportamento**. Overview booklet. Banco Mundial, Washington, D.C, 2015.
- BANERJEE, A. V.; DUFLO, E. **Poor Economics: A Radical Rethinking of the Way to Fight Global Poverty**. New York: PublicAffairs, 2012.
- BANERJEE, A. V.; DUFLO, E. Under the Thumb of History? Political Institutions and the Scope for Action. **Annual Review of Economics**, v. 6, n. 1, p. 951–971, 2014.
- BIANCHI, A.M. 1992 Muitos métodos é o método: a respeito do pluralismo. **Revista de Economia Política**, vol.12, no.2 (46), abr-jun, pp.135-143, 1992.
- CALDWELL, B. **Beyond Positivism: Economic Methodology in the Twentieth Century**, Londres: Allen & Unwin, 1982.

DUFLO, E. Human Values and the Design of the Fight Against Poverty, In **Tanner Lectures Harvard University**, May 2012. Disponível em: <<https://economics.mit.edu/files/16598>>. Acesso em 20 de maio de 2021.

GARFINKEL A. 1981. **Forms of explanation**. New Haven: Yale University Press, 1981.

GARNETT, R.; OLSEN, E.K.; STARR, M. **Economic Pluralism**. London: Routledge, 2009.

GRABNER, C.; STRUNK, B. Pluralism in economics: its critiques and their lessons, **Journal of Economic Methodology**, 2020 DOI: 10.1080/1350178X.2020.1824076

HAYEK, F.A. The theory of complex phenomena, in Hayek, F.A. *Studies in philosophy, politics and economics*, London: Routledge, 1967.

KINCAID, H. **Contextualism, explanation and the social sciences**. *Philosophical Explorations* 7 (3): 201-18, 2004.

MÄKI, U. The One World and Many Theories. In: **Salanti, A.; Screpanti (eds.) Pluralism in Economics: New Perspectives in History and Methodology**. Edward Elgar, 1997.

MARCHIONNI, C. Explanatory Pluralism and Complementarity: From Autonomy to Integration. **Philosophy of Social Sciences**, vol.38, n.3, Sept, pp.314-333, 2008.

MURAMATSU, R.; AVILA, F. The behavioral turn in development economics: a tentative account through the lens of economic methodology. **Brazilian Journal of Political Economy**, vol. 37, nº 2 (147), pp. 363-380, April-June, 2017.

NORTH, D.C. **Understanding the Process of Economic Change**. Princeton University Press, 2005.

NORTH, D. C. **Instituições, Mudança Institucional e Desempenho Econômico**. 1. ed. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

REISS, J. **Philosophy of economics: a contemporary introduction**. New York, Routledge, 2013.

ROMER, P. M. Increasing Returns and Long-Run Growth. **Journal of Political Economy**, v. 94, n. 5, p. 1002–1037, 1986.

SALANTI, A.; SCREPANTI, E. **Pluralism in Economics: New Perspectives in History and Methodology**. Edward Elgar, 1997.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Edição: Edição de bolso ed. São Paulo (SP): Companhia de Bolso, 2010.

SOLOW, R. A Contribution to the Theory of Economic Growth. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 70, n. 1, p. 65–94, 1956.

WALTON, G.; JACKSON, D. Reciprocity networks, service delivery and corruption: the wantok system in Papua New Guinea. U4 **Anti-corruption Resource Centre, Chr. Michelsen Institute Norway**, n.1, 2020. Disponível em: <<https://www.u4.no/publications/reciprocity-networks-service-delivery-and-corruption-the-wantok-system-in-papua-new-guinea>>. Acesso em: 3 jun. 2021.